Bolsas
Na quinta-feira
1,46% São Paulo
0,8% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
118.243 — 118.383
26/6 27/6 28/6 29/6

Dólar
Na quinta-feira
R$ 4,847
(- 0,01%)

Últimos	
23/junho	4,778
26/junho	4,767
27/junho	4,799
28/junho	4,848

Salário mínimo
R$ 1.320

Euro
Comercial, venda na quinta-feira
R$ 5,268

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,65%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84
Março/2023	0,71
Abril/2023	0,61
Maio/2023	0,23

POLÍTICA ECONÔMICA

Brasil adota meta contínua de inflação

Decisão visa dar ao BC mais flexibilidade na administração dos juros. CMN mantém objetivos fixados para 2024 e 2025

» EDLA LULA

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, ontem, a mudança no sistema de metas de inflação no Brasil. Em 2025, o país migrará do modelo atual, em que o objetivo vale para o ano calendário, para o regime de meta contínua, usado na maioria dos países que adotam sistemas como esse.

Um decreto presidencial ainda vai detalhar as novas regras. Pelo modelo internacional, a meta é definida em um determinado período, sem que haja vinculação com o ano-calendário, de janeiro a dezembro. Por decisão do Banco Central (BC), responsável por conduzir a política de controle da inflação, essa meta poderá se mover a partir de um "horizonte relevante".

Ao anunciar a mudança, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que preside o CMN, destacou que o novo modelo traz mais flexibilidade para o BC perseguir a meta de inflação sem prejudicar o funcionamento da economia. "O que se fazia no Brasil era abrir mão da meta para cumprir o calendário. Agora é o contrário, mantém-se a meta, abrindo mão do ano-calendário", disse.

O CMN decidiu também manter as metas — já traçadas no governo anterior — de 3,25% para 2023 e de 3% para os anos de 2024 e 2025, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Além disso, fixou o índice para 2026 em 3%, com a mesma margem de tolerância.

Entenda a mudança

No sistema de metas de inflação, o governo estabelece um objetivo para o IPCA, que o Banco Central busca atingir por meio da taxa básica de juros. Quando a inflação está acima da meta, o BC eleva os juros para conter o consumo e, assim, reduzir preços

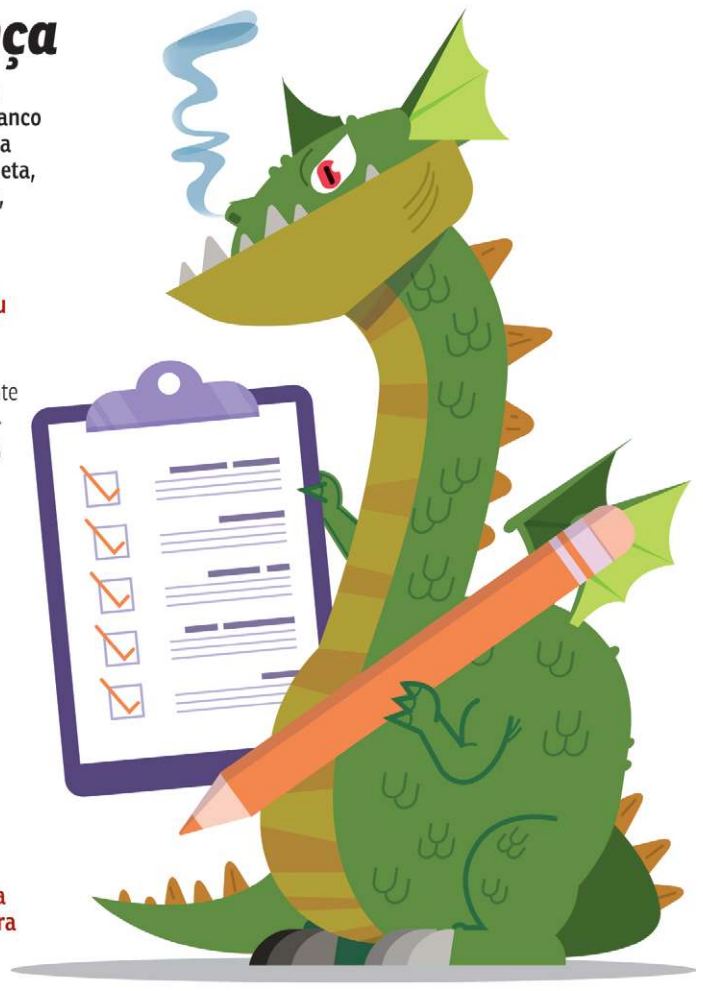
O modelo atual toma como referência para o cumprimento da meta o ano calendário, ou seja, o período de janeiro a dezembro

- O Conselho Monetário Nacional define a meta para os três anos seguintes ao corrente
- É permitido um intervalo de tolerância, por meio de um percentual maior ou menor do que a meta central, para que o objetivo seja considerado cumprido

No modelo aprovado ontem pelo CMN, que passará a valer em 2025, será usada a chamada meta contínua, sem que haja uma vinculação ao ano calendário

- O Banco Central estabelecerá um "horizonte relevante" como referência para o cumprimento da meta
- Periodicamente o BC apresentará uma carta ao Congresso com explicações sobre a busca da meta

Para o governo, a vantagem do novo sistema é que o BC ganhará uma margem de manobra para atingir o seu objetivo, sem pressionar excessivamente a economia



> **A decisão do CMN (de manter as metas para 2024 e 2025) dissipa incertezas que são sempre prejudiciais à condução da política monetária. Também se mostrou meritória a mudança na forma de apuração da meta de inflação, que passa a ser contínua e não com aferição no ano-calendário"**
>
> ***Nota divulgada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban)***

Haddad avaliou que as decisões do CMN, ao lado de outras medidas do governo, como o novo regime fiscal, permitem que o Banco Central inicie, em sua próxima reunião, um ciclo de redução da taxa básica de juros, a Selic. "Os indicadores estão mostrando convergência. Temos razões para nos preocuparmos com a desaceleração da economia. Queremos garantir para a sociedade um 2024 melhor do que 2023. Praticar juros na casa de 9% reais ao ano é algo que deveria ser revisto", comentou.

A decisão agradou o mercado financeiro, que estava apreensivo com a possibilidade de o governo elevar as metas de inflação, o que poderia ser visto como um descompromisso do governo com o controle de preços.

A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) subiu forte, com o Ibovespa atingindo alta de 1,46%, aos 118.383 pontos.

"A decisão do CMN (de manter as metas para 2024 e 2025) dissipa incertezas que são sempre prejudiciais à condução da política monetária. Também se mostrou meritória a mudança na forma de apuração da meta de inflação, que passa a ser contínua e não com aferição no ano-calendário", diz a nota divulgada pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban).

Para Calil Filippelli, gestor de fundos da Ouro Preto Investimentos, "a decisão veio ao encontro do que o mercado esperava e queria, pois, dessa forma, a apuração se adequa aos padrões internacionais e facilita a ancoragem e a flexibilização monetária".

Ele observou que uma meta mais alta tenderia a puxar para cima as expectativas de inflação e enfraquecer o trabalho do BC. "O intuito seria principalmente pressionar a Selic para baixo artificialmente, o que implicaria maior risco de reversão do quadro inflacionário." Já Rodolfo Consenzzo, analista de Investimentos na Top Gain, observou que a manutenção do alvo em 3% abre caminho para "o início do ciclo de corte da taxa básica de juros e também mostra o compromisso (do governo) com a manutenção da inflação baixa daqui para frente".

Professor na Universidade Federal de Pernambuco, o economista Ecio Costa destacou que "o resultado mais importante foi a manutenção da meta futura em 3% e da meta atual. Isso traz tranquilidade ao mercado e para a condução da política de juros, para que não haja uma inflação descontrolada", salientou.

Em relação à mudança no regime de metas, Costa salienta a forma como a cobrança de explicações do presidente do BC passará a ser feita. No modelo atual, caso não atinja a meta, somente em dezembro a autoridade monetária é obrigada apresentar ao ministro da Fazenda uma carta explicando as razões do descumprimento. "Agora, o modelo provavelmente será o de uma cobrança contínua, em que o presidente do BC vai frequentemente ao Congresso prestar esclarecimentos", comentou, lembrando que essa periodicidade ainda será definida no decreto presidencial.

BC reforça expectativa de redução da Selic

» RAFAELA GONÇALVES

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, reforçou, ontem, que a maioria dos integrantes do Conselho de Política Monetária (Copom) decidiu "deixar a porta aberta" para um corte na taxa básica de juros (Selic), atualmente em 13,75% ao ano, na reunião de agosto.

Ao comentar o Relatório Trimestral de Inflação, divulgado ontem pelo BC, Campos Neto disse que a autoridade monetária está "otimista". "As expectativas estão em um caminho positivo. Estamos otimistas. Já venho falando há uns meses que a inflação tem ido para baixo e o crescimento, para cima", disse.

O relatório trouxe números que corroboram com as condições dadas pelo Copom para a queda dos juros. A projeção da inflação para 2024, horizonte com o qual o BC trabalha atualmente, caiu de 3,6% para 3,4% — ficando mais perto da meta central, de 3%. Com isso, a chance de estouro do limite superior (4,50%) se reduziu, de 26% para 21%. Quanto mais perto a inflação fica da meta, mais chances há de redução dos juros.

O relatório também destacou que a chance de a inflação oficial superar o teto da meta este ano caiu de 83%, no relatório de março, para 61%, agora em junho. Entre os fatores que motivaram as revisões para baixo, o BC listou a desvalorização do dólar e a inflação menor do que a esperada.

Campos Neto, minimizou as pressões do governo para que o BC reduza imediatamente a Selic. "Pressão faz parte desse trabalho. Poucos presidentes do Banco Central passaram por aqui e não tiveram momentos de se sentirem pressionados", declarou. Ele disse ainda que a autoridade monetária também "quer baixar os juros", mas que não pode fazer nada que desestruture o processo econômico no futuro.

PIB

O BC também revisou a projeção para o crescimento da economia neste ano para cima. A estimativa para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) passou de 1,2% para 2% em 2023, em razão de "surpresas positivas em algumas atividades da indústria e do setor de serviços".

Apesar da revisão, a autoridade monetária ponderou que a projeção é de desaceleração da atividade econômica. A forte alta da atividade no primeiro trimestre foi puxada pelo setor agropecuário, com a safra de soja, que foi recorde. "O setor deve recuar nos trimestres seguintes, contribuindo para a desaceleração do PIB", avaliou o relatório.

Campos Neto disse, ainda, que "não vê incoerência", entre os últimos documentos do Copom. Na semana passada, no comunicado em que explicou a decisão de manter a taxa básica de juros em 13,75%, o colegiado pediu "paciência e serenidade", dando a entender que a decisão de baixar a taxa ainda estaria distante. Na última terça-feira, a ata da reunião trouxe um cenário bem mais otimista, informando que a maioria dos membros do colegiado via chances de reduzir a Selic em agosto, se a inflação continuar em queda.

Ele explicou que o comunicado tem a função de "expressar opinião de consenso", enquanto a ata tem o objetivo de explicar as discussões. "Quando você tem uma situação de reunião dividida e você tem que escrever uma opinião de consenso curta, você não tem como escrever muita coisa", justificou. Reconheceu, porém, que a dissonância entre os informes geraram "bastante ruído".

Lula Marques/Agencia Brasil



Roberto Campos Neto: relatório vê diminuição de expectativas inflacionárias e alta do PIB de 2% neste ano

» IGP-M cai 6,86% em 12 meses

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) registrou queda de 1,93% em junho, no terceiro mês consecutivo de deflação do indicador, usado para reajustar grande parte de contratos de aluguel. Segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), com o resultado, o índice acumula queda de 4,46% no ano e de 6,86% em 12 meses. Segundo o coordenador dos Índices de Preços do Ibre-FGV, André Braz, a deflação foi impulsionada pela queda dos preços dos combustíveis e dos automóveis novos, em função do programa do governo para baratear os preços dos carros populares.